

• Política

LEGISLATIVO

218

26 NOV 1991

Governo e oposição tentam fechar acordo para acabar com impasse no Congresso

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

As lideranças governistas começaram ontem a negociar com a oposição uma saída para o impasse gerado no Congresso Nacional, diante da não apreciação dos vetos presidenciais à lei de política salarial. Depois de quase quatro horas de discussões, o fechamento de um acordo — que deverá priorizar a recomposição do salário mínimo — acabou sendo adiado, possivelmente, para hoje, em nova reunião a partir das 11 horas.

Até agora existem três propostas na mesa de negociações: a de um salário de emergência ou 14º salário a ser pago exclusivamente em dezembro, a de um abono para o salário mínimo — com valor ainda a ser definido —, que valeria para novembro e dezembro, e uma última possibilidade que prevê a revisão do percentual de correção do mínimo, instituído pela lei salarial, que acabou vetado pelo presidente Fernando Collor de Mello.

Durante as negociações de ontem, os líderes do governo deixaram clara a preocupação do Executivo em buscar uma solução que não aumente os gastos da Previdência Social. "Isso é um indicativo de que a proposta de pagamento do abono deverá ser priorizada pelo governo", concluiu o deputado Genebaldo Correia, líder do PMDB na Câmara. O vice-líder do PSDB, deputado Paulo Hartung, do Espírito Santo, também acredita que o Executivo fará a opção pelo abono.

Segundo Hartung, as lideranças governistas prometeram, no entanto, "fazer um exercício de cálculos em cima das três propostas" e trazer uma resposta ainda hoje. Na primeira rodada de negociações não foram discutidos ou definidos os números de cada proposta. "Primeiro queremos encontrar a fórmula consensual", enfatiza o líder do governo, deputado Humberto Souto (PFL-MG).

Enquanto não for encontrada uma solução, as oposições garantem que o trabalho de obstrução dos trabalhos no plenário da Câmara e Senado continuará. O certo é que a proposta de consenso deverá nascer dentro do Congresso, embora o ministro da Justiça, Járbas Passarinho, esteja trabalhando paralelamente pelo acatamento de sua proposta, que prevê um abono de Cr\$ 8.400,00 para o mínimo, o que representa um aumento de 20% — o mesmo que será pago ao funcionalismo público.

Os números mais prováveis para o abono ficam em torno de Cr\$ 10 mil e Cr\$ 15 mil. A princípio, a proposta ficará restrita ao mínimo, sem qualquer efeito cascata. O pagamento seria feito em novembro e dezembro e

não atingiria os funcionários dos estados e municípios, nem os aposentados e pensionistas da previdência social.

A idéia do salário emergencial ou 14º salário foi apresentada pelo deputado petista Paulo Paim (RS). Esse salário seria pago somente em dezembro, mas atingiria os aposentados e pensionistas. Também é defendido que sobre o 14º salário não incida nenhuma contribuição além da previdência. A proposta prevê um efeito cascata que atingiria todos os trabalhadores brasileiros.

A revisão do percentual de correção do salário mínimo instituído pela lei salarial, que acabou vetado por Collor, pode ser uma alternativa para que se chegue a um valor de meio-termo para o mínimo, entre Cr\$ 42 mil (valor atual) e o de Cr\$ 54 mil (que valeria para outubro e novembro se os vetos à lei salarial fossem derrubados).